



1 | **Comissão
de Direitos
e Democracia**



Sumário

1. RESUMO	5
2. APRESENTAÇÃO DA COMISSÃO CDD	6
3. CICLOS DE DIÁLOGOS	7
4. A COMISSÃO CDD NO CONTEXTO DOS PILARES DE UM PROJETO DE NAÇÃO	14
5. CONCLUSÃO	16
FICHA TÉCNICA.....	19



1. Resumo Executivo

A Comissão de Direito e Democracia (CDD), instalada em agosto de 2023, consolidou no primeiro semestre de 2026 uma agenda estratégica voltada ao fortalecimento da democracia, da soberania nacional e do acesso a direitos para uma cidadania plena. Apesar das mudanças ministeriais decorrentes do contexto eleitoral, a Comissão manteve estabilidade interna e assegurou a continuidade das ações planejadas, reafirmando seu papel como espaço de articulação entre governo e sociedade civil.

A atuação da CDD se organiza em três eixos prioritários: i) Sistema de Justiça e Segurança Pública Cidadã, ii) Defesa da Democracia e Integridade da Informação, e Cidadania e iii) efetividade de direitos. Em cada um deles, foram realizados debates, palestras e diálogos estratégicos com órgãos governamentais e especialistas, resultando em propostas concretas para enfrentar desafios estruturais.

No campo da Educação, a aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE) 2026-2036 trouxe à tona a necessidade de financiamento estável e governança interfederativa eficiente. As recomendações incluem a exclusão de investimentos não orçamentários do resultado primário, fortalecimento do apoio técnico a estados e municípios e valorização docente.

Em relação à Integridade da Informação e Democracia Digital, os debates destacaram a urgência de enfrentar a desinformação e estruturar uma política nacional de cibersegurança. Foram propostas medidas como a criação de um registro nacional de sistemas de inteligência artificial no setor público, regulação transparente da IA e investimentos em educação midiática.

Na área de Direitos Humanos, os conselheiros acompanharam os programas voltados às pessoas com deficiência e à população LGBTQIA+, identificando avanços, mas também fragilidades na efetividade das políticas. As recomendações enfatizam a ampliação das casas de acolhimento, a expansão de programas de geração de renda e o fortalecimento da participação social.

A pauta da Segurança Pública Cidadã foi marcada pelo enfrentamento ao feminicídio e pela busca de soluções integradas para reduzir a violência. As propostas incluem o fortalecimento das capacidades investigativas, integração entre segurança, justiça e políticas sociais, criação de indicadores nacionais e pactos específicos para proteção das mulheres.

Por fim, o tema Enfrentamento ao Antissemitismo no Brasil e aos crimes de ódio foi reconhecido como tema estratégico para a democracia. A Comissão realizou Seminário Internacional: Enfrentamento ao Antissemitismo: reflexões sobre o cenário internacional. O evento ocorreu em 16 de abril de 2026, das 9h às 13h, no Palácio do Itamaraty e propôs diretrizes nacionais, elaboração de um plano integrado com foco em educação, cultura, análise de definições do termo antissemitismo e segurança, além do monitoramento digital e articulação com outras agendas de combate à discriminação.

Em síntese, o semestre reafirmou a relevância da CDD como espaço de construção de consensos e formulação de propostas estratégicas. As entregas realizadas e as recomendações consolidadas contribuem diretamente para a fase de implementação do Projeto de Nação, orientado pela defesa da democracia, da soberania e da cidadania inclusiva.

Nesse sentido, as recomendações para os eixos e temas consolidados pela CDD foram:

- Garantir financiamento estável e valorização docente na educação.
- Estruturar política nacional de integridade da informação, promoção da integridade da informação e regulação da inteligência artificial.
- Intensificar a efetividade dos programas de direitos humanos e ampliar a inclusão social.
- Fortalecer a segurança pública cidadã, fortalecimento do sistema de segurança, com informações compartilhadas, com prioridade ao enfrentamento do feminicídio.
- Implementar diretrizes nacionais contra o antissemitismo e estruturar plano integrado de prevenção.



2. Apresentação da Comissão CDD

A Comissão de Direito e Democracia (CDD) do Conselho de Desenvolvimento Econômico Sustentável (CDESS) da Secretaria de Relações Institucionais (SRI) da Presidência da República foi instalada em 22 de agosto de 2023, a partir de uma reunião sediada no Ministério da Justiça e Segurança Pública. Na ocasião, demarcou-se o foco no aprimoramento de áreas cruciais, como o acesso a Direitos, o Sistema de Justiça e Segurança Pública, o combate à desinformação e ao discurso de ódio, além da defesa e o fortalecimento das instituições, com vista ao fortalecimento da democracia e busca de uma soberania plena.

Ao longo deste primeiro semestre de 2026, os conselheiros continuaram debatendo e aprofundando os temas nos três eixos temáticos prioritários definidos:

EIXOS PRIORITÁRIOS

Eixo 1: Sistema de Justiça e Segurança Pública Cidadã

Eixo 2: Defesa da Democracia, Integridade da Informação e fortalecimento da soberania

Eixo 3: Cidadania e efetividade de direitos.

Os membros da Comissão CDD, com o mandato até maio de 2027 têm o papel de acompanhar e sugerir aperfeiçoamentos nas políticas públicas voltadas para a garantia de direitos, com vista ao fortalecimento da democracia e da soberania, bem como discutir caminhos para uma Segurança Pública Cidadã, em especial os crimes de ódio e impactos da desinformação.

2.1. ESTRUTURA DE FUNCIONAMENTO

A Comissão operou com:

- reuniões plenárias;
- reuniões de coordenação;
- grupos temáticos;
- diálogos interinstitucionais com
- órgãos do Governo Federal.

2.2. DINÂMICA DO SEMESTRE

Durante o primeiro semestre de 2026:

- foram realizadas 38 reuniões;
- houve participação de ministérios, autarquias, especialistas com os conselheiros representantes da sociedade civil;
- consolidou-se modelo de atuação baseado em articulação institucional e produção de recomendações técnicas.

2.3. CARACTERÍSTICAS DA GOVERNANÇA

- diálogo permanente com órgãos e ministérios;
- participação social ampliada;
- transversalidade temática;
- articulação entre democracia, direitos
- e desenvolvimento.



3. Ciclos de Diálogos Estratégicos

A seguir estão descritos os principais debates da Comissão de Direitos e Democracia ocorridos durante o primeiro semestre de 2026.

3.1. EDUCAÇÃO E NOVO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

No âmbito dos debates sobre democracia e acesso a direitos, a Educação foi um dos subtemas discutidos e priorizados, em virtude das discussões no Congresso Nacional em torno da aprovação do Novo Plano Nacional de Educação (PNE) 2026-2036, que foi instituído pela Lei nº 15.388 de 14 de abril de 2026.

Trata-se de um plano estratégico de dez anos que define diretrizes, objetivos e metas para a educação em todos os níveis e modalidades, da educação infantil à pós-graduação, vinculando União, estados e municípios à implementação das políticas educacionais.

Os debates identificaram desafios históricos:

- restrições orçamentárias;
- baixa capacidade técnica subnacional;
- fragilidade na execução e monitoramento
- de políticas educacionais.

I. Principais recomendações dos conselheiros

- exclusão de investimentos educacionais de recursos de fontes não orçamentária do resultado primário (PLP 265/2025);
- fortalecimento do apoio técnico a estados e municípios;
- integração entre financiamento, valorização docente e melhoria das carreiras;
- ampliação da governança interfederativa.

II. Participantes e convidados estratégicos

- equipes do Ministério da Educação;
- representantes da Casa Civil;
- conselheiros ligados à pauta educacional; e

- Secretário Executivo do MEC, para trazer um panorama dos principais resultados da área educacional nos últimos três anos.

III. Resultado do debate

Consolidou-se consenso de que financiamento adequado deve estar articulado ao apoio técnico para ampliar capacidade de execução e fortalecimento do processo de monitoramento das políticas públicas.

3.2. INTEGRIDADE DA INFORMAÇÃO, DEMOCRACIA DIGITAL E SOBERANIA

Os temas deste eixo tratam de questões como a desinformação, seus impactos no dia a dia dos cidadãos, nas políticas públicas e como a comunicação digital sem regulamentação adequada pode trazer prejuízos para população em geral, além de contribuir para a erosão das instituições, o enfraquecimento da democracia.

Para este tópico, foram planejadas um ciclo de palestras e organizados debates com especialistas acerca das temáticas, trazendo convidados de diversos órgãos públicos com intuito de favorecer a troca informacional entre sociedade civil e equipes técnicas responsável pelos temas no Governo Federal.

I. Diálogos Estratégicos – Tema 1: Segurança da Informação e Cibersegurança - Gabinete de Segurança Institucional (GSI) da Presidência da República

A apresentação da Secretaria de Segurança da Informação e Cibernética do GSI, conduzida pela Diretora Danielle Ayres, destacou a construção de uma arquitetura nacional de cibersegurança fundamentada em pilares estratégicos, cooperação multissetorial, apoio às empresas e fortalecimento da soberania digital.

Entre os principais pontos abordados durante o debate, ressaltaram-se a Estratégia Nacional de Cibersegurança – E-Ciber, suas ações futuras, as parcerias institucionais, o projeto de apoio às micro e pequenas empresas e o desenvolvimento da Mensageria Segura do Governo.

1. Comissão de Direitos e Democracia

A E-Ciber estrutura-se em quatro pilares: i) Proteção e conscientização da sociedade; ii) Segurança e resiliência de infraestruturas críticas; iii) Cooperação entre setor público e privado; e iv) Soberania nacional e governança digital.

No campo das ações futuras, foram mencionados:

- Elaboração do Plano Nacional
- de Cibersegurança;
- Proposta de criação de uma autoridade/agência nacional de cibersegurança;
- Implementação da Política Nacional de Segurança da Informação na Administração Pública;
- Construção da Estratégia e do Plano Nacional de Segurança da Informação, previstos para 2026.

Quanto ao apoio às pequenas e médias empresas, destacou-se a parceria do GSI com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, que prevê uma linha de crédito de US\$ 100 milhões para investimentos em cibersegurança. O projeto integra-se ao programa Hackers do Bem, executado pela RNP com apoio do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI.

Por fim, foi anunciado o lançamento do MSG-Gov, aplicativo de mensageria segura desenvolvido pela Universidade Federal do Ceará - UFC em parceria com a ABIN. Similar ao WhatsApp, o sistema oferece criptografia ponta a ponta, é voltado à administração pública federal e tem como foco a soberania tecnológica e a proteção de comunicações sensíveis.

II. Diálogos Estratégicos. Tema 2 - Desinformação no meio digital – Advocacia Geral da União (AGU) e Secretaria de Comunicação/Subsecretaria de Políticas Digitais (SECOM)

Considerando a demanda dos Conselheiros da Comissão por um debate qualificado sobre desinformação, fraudes e regulamentação das redes sociais, foram convidados para proferir palestra sobre o tema, duas áreas do Governo Federal que tem trabalhado para enfrentar desinformação e defender a integridade da informação, com vista a fortalecer a democracia.

O primeiro órgão convidado foi a Advocacia Geral da União, por meio da Procuradoria Nacional da Defesa da Democracia - PNDD, unidade responsável para representar a União, judicial e extrajudicialmente, em demandas e procedimentos para responder casos em relação ao enfrentamento à desinformação, especialmente as que impactam negativamente as políticas públicas. Conforme explicitado pelo Procurador, as decisões do órgão se baseiam em valores democráticos e direitos constitucionalmente garantidos, cuja proteção seja de interesse da União. Além disso, foi enfatizado que a atuação da PNDD é pautada, dentre outras garantias e direitos fundamentais, pela observância à liberdade de expressão, ao pluralismo político, à liberdade de imprensa e à pluralidade de ideias.

O Procurador apresentou exemplos da atuação do órgão, destacando o envio de notificações para remoção ou rotulagem de conteúdos desinformativos e a publicação de direitos de resposta diante de informações falsas divulgadas em redes sociais e veículos de comunicação. Também foram mencionadas providências relacionadas a campanhas de fake news que associavam a vacina contra a Covid-19 ao risco de contrair HIV, além de boatos que dificultaram o acesso das vítimas das enchentes no Rio Grande do Sul à ajuda emergencial. Nesse contexto, foi ressaltado que 88,2% das notificações extrajudiciais encaminhadas pela PNDD às plataformas digitais foram atendidas, integral ou parcialmente, resultando na retirada ou adequação dos conteúdos questionados. O Procurador enfatizou ainda que a desinformação impacta diretamente as políticas públicas, prejudicando o acesso da população mais vulnerável a direitos sociais garantidos em lei e impondo ao Estado brasileiro o desafio de respostas mais firmes. Por isso, destacou a relevância do trabalho contínuo da Procuradoria em articulação com outros órgãos.

Para o representante da PNDD, embora os relevantes avanços obtidos com a recente decisão do STF reafirmando deveres e responsabilidades de plataformas digitais no âmbito do Marco Civil da Internet, e a aprovação do ECA digital, esses marcos legais são insuficientes para combater o problema da desinformação nas plataformas digitais, e novos passos precisam ser dados.

O segundo órgão convidado foi a Secretaria de Comunicação (SECOM) da Presidência da República, por meio da Secretaria de Políticas Digitais, sendo representado pela Secretária Adjunta de Políticas Digitais, Senhora Nina Santos, que abordou os principais desafios e diretrizes da transformação digital no âmbito das políticas públicas, com ênfase no uso estratégico da tecnologia para o fortalecimento da democracia, da inclusão social e da capacidade do Estado em responder às demandas da sociedade.

Foram debatidos:

- impactos da desinformação sobre políticas públicas;
- responsabilidade das plataformas digitais;
- transparência algorítmica;
- integridade da informação; e
- inteligência artificial e democracia.

Durante a apresentação, foram destacados os eixos estruturantes da política digital, incluindo a ampliação do acesso às tecnologias, a promoção da cidadania digital, a proteção de dados pessoais, a ética no uso da inteligência artificial e o fortalecimento da governança digital no setor público. A Secretária ressaltou que a digitalização deve estar orientada pelo interesse público, com foco na redução de desigualdades e na melhoria da qualidade dos serviços prestados à população.

Outro ponto central foi o papel da inteligência artificial e das novas tecnologias como ferramentas de apoio à formulação, implementação e avaliação de políticas públicas, desde que utilizadas com transparência, responsabilidade e respeito aos direitos fundamentais. Nesse contexto, enfatizou-se a necessidade de marcos regulatórios adequados, capacitação das equipes públicas e articulação interinstitucional.

A palestra também evidenciou a importância da integração entre políticas digitais e agendas sociais, como segurança pública, educação, saúde e enfrentamento às violências, destacando o potencial das soluções digitais para aprimorar a prevenção, o monitoramento e a resposta do Estado a problemas complexos.

Por fim, a Secretária Adjunta reforçou o compromisso do governo com uma transformação digital inclusiva, segura e sustentável, baseada na cooperação entre governo, sociedade civil, academia e setor privado, e apontou os próximos passos para o fortalecimento da estratégia nacional de políticas digitais.

• **Principais propostas:**

- » Avançar para uma política ampla de integridade da informação.
- » Regular inteligência artificial com transparência e responsabilização.
- » Criar registro nacional de sistemas de IA no setor público.
- » Incentivar infraestrutura digital nacional e uso estratégico das compras públicas.
- » Investir em educação midiática e ciência.

• **Resultado do debate:** mudança de enfoque — de combate à desinformação para construção de soberania informacional, integridade da informação e transparência tecnológica.

III. Diálogos Estratégicos. Tema 3 - Conjuntura Internacional – Garantia da Soberania e Protagonismo do Brasil – Assessoria Internacional da Presidência da República, com Assessor Audo Faleiros

Diante das transformações recentes na conjuntura internacional, caracterizadas por mudanças na distribuição de poder global, avanço acelerado das tecnologias digitais e reconfiguração de atores geopolíticos, foi proposto diálogo estratégico com atores do Governo, especialistas e Conselheiros do CDESS, em especial os que atuam na pauta da Comissão de Direitos e Democracia, que têm debatido a temática e realizado análises do reposicionamento do Brasil nesse novo contexto.

A atual dinâmica internacional explicita não apenas disputas econômicas e geopolíticas, mas também desafios crescentes à soberania dos Estados e à integridade dos regimes democráticos. Em particular, destaca-se o papel das grandes plataformas tecnológicas e dos fluxos digitais transnacionais, que, na ausência de marcos regulatórios robustos, têm impactado processos políticos, a circulação de informações e a qualidade do debate público.

1. Comissão de Direitos e Democracia

Desse modo, foi convidado para proferir palestra e realizar um debate com os Conselheiros do CDESS, o Assessor Adjunto Internacional da Presidência da República, Senhor Audo Faleiros, que trouxe um panorama geral sobre as relações do Brasil no tabuleiro internacional.

Os pontos discutidos foram:

- A caracterização da nova ordem internacional
- e seus vetores de transformação;
- O posicionamento e protagonismo do Brasil frente a essas mudanças;
- À desinformação e à influência de ambientes digitais desregulados sobre políticas públicas e processos democráticos;
- O papel das tecnologias digitais na reconfiguração do poder global;
- Possíveis caminhos para o fortalecimento
- da soberania, da democracia e da proteção
- de direitos.

3.3. DIREITOS HUMANOS, INCLUSÃO E EFETIVIDADE DE DIREITOS

Na área de direitos humanos, os debates da Comissão concentraram-se na efetividade das políticas públicas destinadas a populações historicamente vulnerabilizadas, especialmente pessoas com deficiência e população LGBTQIA+. Os conselheiros da temática demandaram diálogo direto com as equipes do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC), responsável pela formulação e coordenação dessas políticas, com o objetivo de avaliar avanços, desafios e possibilidades de fortalecimento das ações governamentais. Nesse contexto, foram promovidos encontros e palestras voltados à reflexão sobre democracia inclusiva, participação social e visibilidade de grupos historicamente invisibilizados.

I. Diálogos Estratégicos: Tema 4: Políticas para Pessoa com Deficiência: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) – Secretaria Nacional de Políticas para a Pessoa com Deficiência

No campo das políticas voltadas às pessoas com deficiência, a Secretária Nacional de Políticas para a Pessoa com Deficiência, Anna Paula Feminella, apresentou aos conselheiros o andamento das ações do

Programa Novo Viver sem Limites, instituído pelo Decreto nº 11.793/2023. Durante os debates, houve consenso de que, apesar dos avanços institucionais observados nos últimos anos, persistem dificuldades relacionadas à efetividade das políticas públicas, especialmente nas áreas de inclusão, diversidade e proteção social, em razão das restrições orçamentárias decorrentes de contingenciamentos e das limitações na implementação territorial das ações.

Posteriormente, já sob nova gestão do MDHC, foi realizado novo encontro com a equipe técnica da pasta, representada pelo Diretor de Relações Institucionais, Alex Reinecke de Alverga. Na ocasião, foi apresentado relatório atualizado do Programa Novo Viver sem Limites, destacando sua estrutura de governança interministerial, organizada a partir da criação da Câmara Interministerial dos Direitos da Pessoa com Deficiência, composta por Comitê Gestor, Grupo Executivo e Câmaras Técnicas temáticas. Também foi informado que o plano contempla 95 ações, com orçamento previsto de R\$ 6,5 bilhões, distribuídas em quatro eixos estratégicos: gestão e participação social; enfrentamento ao capacitismo e à violência; acessibilidade e tecnologia assistiva; e promoção de direitos.

Em relação ao estágio de execução das ações, foi apresentado o seguinte panorama: 29 ações concluídas, correspondendo a 31% do total; 31 ações em andamento com entregas parciais (33%); 23 em andamento sem entregas formais (24%); 6 aguardando início (6%); e 6 excluídas (6%). Entre as iniciativas já concluídas, destacaram-se a revisão de normas de saúde da pessoa com deficiência, a realização do Fórum Nacional de Gestores, a emissão da certidão de cumprimento de cotas para pessoas com deficiência, a construção de 90 policlínicas acessíveis, campanhas nacionais de enfrentamento ao capacitismo, a entrega de 1.500 ônibus escolares acessíveis e a elaboração de guia de acessibilidade para a aviação civil.

Os debates reforçaram a importância da governança interministerial para garantir maior coordenação das políticas públicas e apontaram como prioridades a ampliação da implementação das ações nos estados, o fortalecimento da participação social e a conclusão das iniciativas ainda pendentes. Os conselheiros também ressaltaram a necessidade de aprimorar mecanismos de monitoramento e avaliação, de modo a assegurar maior efetividade às políticas voltadas às pessoas com deficiência.

II. Diálogos Estratégico. Tema 5: Políticas para População LGBTQIA+: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) – Secretaria Nacional de Políticas para a População LGBTQIA+

No que se refere às políticas para a população LGBTQIA+, o Diretor de Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+, Hiago Mendes Guimarães, apresentou as principais iniciativas conduzidas pelo MDHC, com destaque para três programas prioritários: Acolher+, Empodera+ e Bem Viver+. O Programa Acolher+ foi apresentado como iniciativa voltada ao acolhimento de pessoas LGBTQIA+ em situação de violência, expulsão familiar ou vulnerabilidade social. Segundo os dados apresentados, entre 2024 e 2025 foram realizados 6,4 mil atendimentos, ofertadas 94 mil refeições e registrados 13,4 mil pernoites, com média de 271 acolhimentos mensais. Durante os debates, destacou-se a necessidade de ampliação das casas de acolhimento, especialmente para pessoas trans, travestis e jovens expulsos de seus lares.

Já o Programa Empodera+ foi apresentado como estratégia de qualificação profissional e geração de renda para a população LGBTQIA+, tendo alcançado inicialmente 1.625 pessoas em quatro estados, com oferta de bolsas de apoio financeiro de até R\$ 1 mil. Os conselheiros avaliaram positivamente a iniciativa, mas ressaltaram a necessidade de expansão territorial do programa e ampliação de suas capacidades de atendimento.

Por sua vez, o Programa Bem Viver+ foi destacado pela atuação em territórios rurais, indígenas e quilombolas, com foco na proteção da população LGBTQIA+ em contextos de maior vulnerabilidade social. Conforme apresentado, o programa alcançou 34 territórios e cerca de 1.500 pessoas. Além disso, foi informado que os investimentos destinados às políticas LGBTQIA+ ultrapassaram R\$ 9 milhões, abrangendo ações em 20 estados e no Distrito Federal, com aproximadamente 2,7 mil beneficiários diretos.

Embora os programas tenham demonstrado resultados relevantes nas áreas de acolhimento, inclusão social e geração de renda, os conselheiros identificaram limitações orçamentárias e dificuldades de implementação territorial como entraves importantes para a ampliação da efetividade das ações. Nesse contexto, houve consenso sobre a necessidade de fortalecer políticas inclusivas, ampliar a participação social e recompor instrumentos participativos, como conferências e espaços deliberativos, considerados

fundamentais para a promoção da democracia no cotidiano.

Como principais recomendações, os conselheiros defenderam a intensificação da implementação dos programas de direitos humanos, a ampliação das casas de acolhimento, a expansão das iniciativas de geração de renda e qualificação profissional, o fortalecimento da atuação nos estados e a retomada dos mecanismos de participação social. Também foi ressaltada a importância de priorizar consensos em torno de temas estruturantes, como educação, desigualdade, soberania e garantia de direitos.

Ao final dos debates, consolidou-se o entendimento de que a democracia depende diretamente da efetividade concreta das políticas públicas, da inclusão social de grupos historicamente vulnerabilizados e do fortalecimento permanente da participação cidadã e do diálogo democrático.

3.4. SEGURANÇA PÚBLICA CIDADÃ

No campo da Segurança Pública, embora reconheça-se melhoria recente de alguns indicadores, ainda persistem desafios tais como aumento do crime de feminicídio, baixa elucidação de homicídios, combate à corrupção dentro das forças de segurança, ausência estratégias claras para retomada de territórios, enfrentamento estruturado de especificidades regionais, fragilidade na abordagem do sistema prisional (risco de fortalecimento de facções) e controle insuficiente de armas.

Em relação ao Plano Nacional de Combate ao Crime Organizado, identificou-se a falta de representatividade (ausência de populações diretamente afetadas), a insuficiente abordagem de fatores estruturais (desigualdade, histórico de violência territorial) e possibilidade do risco de não adesão dos estados, comprometendo assim a efetividade dos resultados propostos.

Conforme prioridade temática do Conselho neste ano, o enfrentamento ao crime de feminicídio, a Comissão de Direito e Democracia teve participação no debate e na busca de caminhos e soluções para enfrentar este desafio do país. Os conselheiros da Comissão estiveram presente no Seminário "Brasil pela Vida das Meninas e Mulheres" realizado pelo Conselho em 4 de março de 2026, em Brasília; e teve oportunidade de conhecer o Plano de Ação do Pacto Brasil entre os Três Poderes para Enfrentamento do Feminicídio.

1. Comissão de Direitos e Democracia

Para colaborar com o debate, a Conselheira Fernanda Campagnucci elaborou Nota Técnica sobre misoginia digital. Trata-se de um documento preliminar, apresentado como subsídio às discussões do Conselho, e que integra um esforço de pesquisa em andamento com vistas a futura publicação.

Nesse contexto, os conselheiros do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável (CDESS), especialmente aqueles que atuam na pauta de Direitos e Democracia, têm convergência quanto à necessidade de fortalecer a governança federativa, aprimorar os instrumentos de investigação e inteligência, qualificar o uso da força, ampliar ações de prevenção e integrar políticas públicas.

Entre os principais pontos destacados no debate, ressaltam-se:

- A urgência de elevar os índices de elucidação de homicídios, como medida central para redução da impunidade;
- O controle de armas como eixo estruturante para diminuição da letalidade e enfrentamento ao crime organizado;
- A necessidade de redes integradas para lidar com a violência de repetição, especialmente contra mulheres;
- O papel da educação e de políticas territoriais na prevenção da violência;
- A incorporação transversal de recortes de gênero, raça e LGBTQIA+ nas políticas de segurança.

Como desdobramento dessas discussões, foi estruturado um conjunto de recomendações que abrange desde governança e financiamento — com destaque para a aprovação da PEC da Segurança Pública, o fortalecimento do Fundo Nacional de Segurança Pública e do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) — até medidas voltadas ao uso da força, sistema prisional, segurança digital e proteção às vítimas.

3.5. ENFRENTAMENTO AO ANTISSEMITISMO E CRIMES DE ÓDIO

Outro tema que ganhou relevância ao longo do semestre foi o enfrentamento ao antissemitismo e aos crimes de ódio. O crescimento de manifestações discriminatórias no Brasil e no mundo levou a Comissão a reconhecer essa agenda como estratégica para a defesa da democracia e dos direitos humanos.

Os debates apontaram para a necessidade de construção de diretrizes nacionais de enfrentamento ao antissemitismo, elaboração de um plano integrado de prevenção e monitoramento, fortalecimento de políticas educativas e articulação dessa pauta com outras iniciativas de combate à discriminação e ao extremismo.

I. Principais Ações:

- Criação de subgrupos temáticos: Educação, Cultura, Segurança, Internacional, Definição
- Seminário Internacional: Enfrentamento ao Antissemitismo: reflexões sobre o cenário internacional". Ocorrido em 16 de abril de 2026, das 9h às 13h, no Palácio Itamaraty

II. Recomendações centrais:

- elaboração de plano nacional de
- enfrentamento ao antissemitismo;
- monitoramento do ambiente digital;
- integração com políticas de
- combate à discriminação;
- fortalecimento de ações
- educativas e de memória;
- análise das diferentes definições
- de antissemitismo

III. Resultado do debate

O seminário Internacional, ocorrido em 16 de abril, reuniu autoridades, especialistas e representantes da sociedade civil para discutir o antissemitismo como fenômeno complexo, de difícil delimitação e marcado por elevada adaptabilidade histórica. Houve convergência quanto às estratégias de enfrentamento, com ênfase em uma abordagem integrada baseada em educação, monitoramento e prevenção. Destacaram-se a necessidade de produção de dados confiáveis, o fortalecimento de canais de denúncia, a capacitação institucional e o combate ao discurso de ódio, especialmente no ambiente digital, considerado hoje o principal vetor de disseminação dessas práticas.

Os participantes também ressaltaram que o antissemitismo deve ser compreendido em articulação com outras formas de discriminação, como racismo e intolerância religiosa, sendo visto como indicador mais amplo de deterioração democrática. No plano internacional, destacaram-se os marcos de direitos humanos e a atuação de organismos multilaterais, ao mesmo tempo em que se enfatizou a necessidade de preservar o equilíbrio entre o combate ao discurso de ódio e a proteção da liberdade de expressão.

Em síntese, o seminário evidenciou a necessidade de urgência de seu enfrentamento por meio de políticas públicas integradas, fundamentadas em educação, cooperação internacional e respeito aos direitos fundamentais.

3.6. SÍNTESE DOS CICLOS DE DIÁLOGOS

Ao longo do semestre, os debates realizados evidenciaram a consolidação de uma agenda orientada pelo fortalecimento da democracia, pela promoção da justiça social e pela construção de respostas estruturais para desafios contemporâneos cada vez mais complexos. As discussões demonstraram convergência em torno da necessidade de integração entre políticas públicas, articulação federativa e fortalecimento institucional, reconhecendo que temas como segurança pública, direitos humanos, ambiente digital e combate aos crimes de ódio não podem ser enfrentados de forma isolada.

As reuniões também reforçaram a importância de ampliar a capacidade de implementação das políticas públicas, especialmente voltadas às populações mais vulneráveis, garantindo maior efetividade das ações do Estado e fortalecimento dos mecanismos de participação social. Houve consenso de que a construção de uma sociedade mais segura, inclusiva e democrática depende não apenas da formulação de políticas, mas da coordenação entre diferentes áreas governamentais, da produção de evidências qualificadas e da presença ativa das instituições públicas nos territórios e espaços sociais.

No campo democrático e informacional, destacou-se a preocupação com os impactos da desinformação, da polarização política e da disseminação de discursos de ódio sobre a coesão social e a soberania nacional. Nesse contexto, ganhou força a defesa de uma agenda estratégica voltada à integridade da informação, à regulação responsável das plataformas digitais, ao fortalecimento da soberania tecnológica e à promoção da educação midiática, sempre em consonância com os princípios democráticos e os direitos fundamentais.

De forma geral, os encontros evidenciaram a compreensão de que os desafios atuais exigem respostas coordenadas, preventivas e sustentadas no longo prazo. Os debates consolidaram a percepção de que o fortalecimento da democracia, a proteção dos direitos humanos, o enfrentamento das violências e a promoção da soberania informacional e institucional constituem dimensões interdependentes para a construção de um país mais justo, resiliente e socialmente integrado.

4. A Comissão CDD no contexto dos Pilares de um Projeto de Nação

No contexto recente de mudanças na composição ministerial e seus impactos sobre o CDESS, as agendas debatidas evoluíram com a incorporação de ações estruturantes já em curso ou em implementação, organizadas a partir dos Pilares para Um Projeto de Nação, com foco no desenvolvimento nacional. Dentre os Pilares que têm alinhamento com os eixos da Comissão CDD, destacam-se:

I. Defesa da Democracia e da Soberania

Os debates avançaram para a implementação de iniciativas concretas voltadas à proteção da democracia no ambiente contemporâneo:

- Consolidação de estratégias de enfrentamento à desinformação e ao extremismo, com ampliação de políticas de integridade da informação e educação midiática. Proposta de um Seminário Internacional com debates qualificados com conselheiros homólogos de outros países com problemas similares e busca de soluções conjuntas.
- Desenvolvimento de marcos regulatórios para inteligência artificial e plataformas digitais, incluindo diretrizes de transparência, auditabilidade e responsabilização. Acompanhamento das agendas parlamentares no assunto.
- Início da estruturação de mecanismos para proteção da soberania digital e informacional, com estímulo à infraestrutura tecnológica nacional e uso estratégico das compras públicas.
- Reforço institucional voltado ao aperfeiçoamento das instituições democráticas, com posicionamento firme contra iniciativas de anistia a atos golpistas e enfrentamento ao revisionismo histórico.

Resultado do debate: consolidação de uma agenda que amplia o foco da desinformação para a soberania democrática e tecnológica, com ênfase em regulação e autonomia nacional.

II. Justiça Social e Garantia de Direitos Fundamentais

Houve avanço na priorização da implementação e expansão de políticas sociais, no entanto, a baixa implementação tem sido um gargalo a ser superado:

- Ampliação de políticas de proteção a populações vulneráveis, incluindo pessoas com deficiência, população LGBTQIA+, juventude e vítimas de violência.
- Fortalecimento de programas de distribuição de renda, geração de empregos e garantia de trabalho digno, com foco na redução das desigualdades.
- Iniciativas de reconstrução institucional voltadas à melhoria da implementação das ações planejadas para ao enfrentamento das desigualdades estruturais aos grupos prioritários.

Resultado do debate: deslocamento do diagnóstico para a ação, com foco na efetivação da execução e na ampliação do alcance das políticas públicas, especialmente em contextos de maior vulnerabilidade.

III. Educação como Prioridade Nacional

As discussões avançaram para medidas concretas de financiamento e implementação:

- Com a sanção da Lei do Plano Nacional de Educação, o foco é na mobilização institucional para a implementação efetiva do PNE 2024–2034, com ênfase na governança, monitoramento e apoio técnico a estados e municípios.
- Defesa da ampliação progressiva do investimento em educação até 10% do PIB.
- Proposta emergencial em debate para exclusão de determinadas despesas educacionais do resultado primário, garantindo maior previsibilidade orçamentária.

Resultado do debate: alinhamento entre financiamento, gestão e valorização docente como bases para a efetividade das políticas educacionais.

IV. Segurança Pública Cidadã

O acompanhamento da agenda do Ministério da Justiça e Segurança Pública tem sido na busca de apoio, embora o ritmo dos aperfeiçoamentos e organização do sistema de justiça e morosidade do debate para definir ações estruturantes e integradas no âmbito da Política Nacional de Segurança Cidadã e discussões no legislativo tem frustrado os conselheiros. Recomendações seguem nas seguintes pautas:

Governança e coordenação nacional

- Fortalecimento do papel do Ministério da Justiça e Segurança Pública na coordenação da política nacional.
- Defesa da não desvinculação dos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública.
- Avanço na implementação do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP).

Uso da força e controle institucional

- Expansão do Projeto Nacional de Qualificação do Uso da Força.
- Criação do Comitê Nacional de Monitoramento do Uso da Força, conforme marco normativo recente.

Redução da impunidade

- Proposta de criação de indicador nacional de elucidação de homicídios, com padronização e monitoramento.

Inteligência e tecnologia

- Criação de centros de inteligência e bases nacionais de dados criminais.
- Uso intensivo de tecnologia e gestão da informação para políticas orientadas por evidências.

Sistema prisional

- Implantação de programas de ressocialização e apoio ao egresso.
- Expansão de medidas alternativas à prisão.

Prevenção e cidadania

- Integração entre segurança, políticas sociais e urbanas.
- Implementação de justiça restaurativa.
- Ampliação de políticas para juventude e cultura de paz.
- Expansão da rede de proteção a vítimas (violência doméstica e LGBTfobia).

Capacitação e direitos humanos

- Formação continuada de agentes públicos com foco em raça, gênero e direitos humanos.
- Ações para enfrentamento do racismo institucional na segurança pública.

Resultado do debate: consolidação de um modelo de segurança pública integrado, preventivo e orientado por direitos humanos, com forte componente de coordenação federativa e uso de inteligência.

V. Cultura, Conhecimento e Desenvolvimento Sustentável

- Incentivo à economia criativa, cultura e turismo como motores de desenvolvimento.
- Proposta de criação de centros científicos de excelência de alcance global, voltados a temas estratégicos como economia, ecologia e justiça social.

Resultado do debate: reconhecimento da cultura e do conhecimento como pilares do desenvolvimento sustentável e da soberania nacional.

Desafios Identificados

- Desinformação e ataques à democracia permanecem como ameaça central à institucionalidade e à coesão social.
- Limitações orçamentárias dificultam a expansão de políticas sociais estratégicas, como o Viver sem Limites e Programa para População LGBTQI+.
- Segurança pública fragmentada, exigindo coordenação federativa eficaz e consensos legislativos para aprovação da PEC 18/2025 (PEC Segurança Pública)
- Inclusão e igualdade ainda dependem de políticas articuladas entre diversos ministérios e instâncias federativas.
- Risco de descontinuidade de políticas requer atuação permanente do CDESS e da CDD.

4.1. SÍNTESE GERAL

A atualização das agendas demonstra a transição de um diagnóstico abrangente para um conjunto de ações estruturantes em implementação, orientadas por cinco pilares centrais: democracia, justiça social, educação, segurança cidadã e desenvolvimento sustentável.

O conjunto dessas iniciativas aponta para a construção de um Estado mais coordenado, com maior capacidade de execução de políticas públicas e comprometido com uma sociedade mais justa, democrática, segura e soberana.

Ficha Técnica

Coordenadora da CDD:

Roseli Teixeira Alves

Conselheiros inscritos:

Alexandra Segantin, Ana Carolina Evangelista (Carô Evangelista), Ana Fontes, Andrea Mustafa, Angelita Lima, Anne Cabral, Antônio Augusto de Queiroz, Antonio Carlos dos Santos (Vovô do Ilê Ayiê), Berenice Gomes da Silva, Bianca Borges, Bruna Benevides, Carol Proner, Carolina Ricardo, Claudia Maciel, Claudio Medeiros, Cleide Alves, Cristina Assunção, Cristina Pinho, Davi Tangerino, Dona Gi Carvalho, Dora Cavalcanti, Enilson Moura, Ergon Cugler, Fernanda Campagnucci, Fernando Guimarães, Giamundo Neto, Gilmar Pereira, Heleno Araújo, Humberto Ribeiro, Joana Célia dos Passos, Kalyne Lima, Lalo Leal, Laura Schertel, Leonildo Monteiro, Ligia Moreiras, Lilia Moritz Schwarcz, Marco Aurélio de Carvalho, Maria Auxiliadora dos Santos, Maria Cleide Queiroz, Maria Luiza Alencar Feitosa, Maria Paula Dallari Bucci, Marlova Noletto, Martinha Dutra, Nilza Almeida, Nilza Valéria, Paola Carvalho, Patrícia Audi, Patrícia Vilela Marino, Penildon Filho, Priscila Pamela, Reinaldo Bulgarelli, Renato Meirelles, Rogerio Sottilli, Sergio Butka, Sergio Luiz Leite, Tâmis Parron, Toni Reis, Txai Suruí, Vicente Trevas, Walfrido Jorge Warde Junior, Wania Sant'Anna e Wilson Ramos Filho (Xixo).